

QUEIXAS SILENCIOSAS: ATENDIMENTO AMBULATORIAL MÉDICO EM LÍNGUA DE SINAIS – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Valadares Russo ¹
Leticia Silva Gurgel ²
Camila Albuquerque Colares ³
Fernando Parahyba Diogo de Siqueira ⁴
Iranise Ramalho Lima Martins ⁵
Terezinha Teixeira Joca ⁶

RESUMO

A língua brasileira de sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas. Para indivíduos surdos que se comunicam apenas em Libras, a comunicação, quando não realizada de forma sinalizada, apresenta-se como uma barreira linguística, afetando a qualidade do atendimento. Nesse contexto, visando preparar futuros profissionais de saúde para o atendimento de pacientes surdos por meio do uso da Libras; foi fundada em 2020, a Liga de Libras e Atenção à Saúde da Pessoa Surda (LILAS) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). O projeto tem como intuito capacitar os estudantes em Libras por meio de atendimentos ambulatoriais, para que adquiram domínio adequado da língua. Este artigo trata-se de um relato de experiência do tipo narrativa, que tem como objetivo compartilhar experiências acerca do projeto executado pela LILAS, utilizando também de materiais de bases literárias já publicadas, para compor as citações bibliográficas do texto. Iniciaram, no segundo semestre do ano de 2021, os atendimentos ambulatoriais aos pacientes surdos na UNIFOR. Para a realização dos atendimentos, os alunos utilizaram as habilidades práticas desenvolvidas durante o seu curso, aplicando a capacidade de comunicação em Libras com os pacientes. Mostrou-se mais urgente a iniciativa de projetos de atendimentos ambulatoriais como o proposto pela LILAS. A LILAS visa, a longo prazo, avaliar a qualidade e o impacto que os atendimentos de forma acessível em Libras exercem sobre essa população e, também, analisar o ganho de conhecimento e experiência adquiridos pela equipe atuante no projeto.

Palavras-chave: Medicina, Surdo, Acessibilidade, Atendimento, Língua de Sinais

¹ Graduando do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza - Unifor, beatrizrusso@edu.unifor.br;

² Graduanda do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza - Unifor, leticiagurgel@edu.unifor.br;

³ Graduanda do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza - Unifor, camilaacolares@edu.unifor.br;

⁴ Graduando do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza - Unifor, fernandodiogo_@edu.unifor.br;

⁵ Graduanda do Curso de Medicina da Universidade de Fortaleza - Unifor, iranisemartins@edu.unifor.br;

⁶ Professora orientadora: Doutora, Universidade Autónoma de Lisboa - UAL e Professora da Universidade de Fortaleza - Unifor, , terezinhajoca@unifor.br;

INTRODUÇÃO

Durante todo o curso da graduação em Medicina, é ensinada aos alunos a importância da comunicação, como ferramenta fundamental para o desenvolvimento da relação médico-paciente, a qual é basilar para entender as queixas da pessoa que busca o cuidado e, assim, enunciar o diagnóstico clínico, o que, por fim, corrobora para o planejamento e a execução adequada do plano terapêutico (PEREIRA et al., 2020).

A língua brasileira de sinais (Libras) é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, e o decreto que a regulamenta define pessoa surda como aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da libras. (BOUSQUAT; SOLEMAN, 2021, p. 2).

Para indivíduos surdos que se comunicam apenas em Libras, a comunicação, quando não realizada de forma sinalizada, apresenta-se como uma barreira linguística, afetando a qualidade do atendimento, o entendimento do médico acerca da sintomatologia referida pelo paciente, a formação de vínculos e as orientações sobre o tratamento, as quais podem ser incompreendidas, comprometendo a segurança do paciente (JÚNIOR et al., 2021).

Em vista da assistência prestada à saúde das pessoas surdas, nota-se uma precariedade na inclusão dessa comunidade, revelando a pouca quantidade de profissionais conhecedores de Libras. Com efeito, ainda que assistido pelo decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 onde cita que "Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior" (BRASIL, 2005), o ensino de Libras se faz pouco expressivo, sendo de extrema importância em currículos de graduação, principalmente, para profissionais da área da saúde (JÚNIOR et al., 2021).

Nesse contexto, visando preparar futuros profissionais de saúde para o atendimento de pacientes surdos por meio do uso da Libras, foi fundada em 2020, a Liga de Libras e Atenção à Saúde da Pessoa Surda (LILAS) da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Iniciada como grupo de estudo, a LILAS era composta por estudantes do curso de medicina juntamente com um professor-orientador médico, sendo, posteriormente, agregada outros alunos e professores dos cursos do Centro de Ciências da Saúde (CCS), com a ampliação para Liga Acadêmica.

O projeto tem como intuito capacitar os estudantes em Libras por meio de atendimentos ambulatoriais para que adquiram domínio adequado da língua e aprendam

termos da saúde imprescindíveis para a realização de uma anamnese acessível. Portanto, a LILAS, por meio dos atendimentos ambulatoriais, promove uma maior inclusão das pessoas surdas aos serviços de saúde, garantindo um acompanhamento longitudinal de saúde para essa população, sabendo das peculiaridades reservadas às pessoas surdas, além de também desenvolver projetos de pesquisas acerca do tema e aulas internas de capacitação teórica/prática.

Com isso, cientes da extrema relevância de uma boa comunicação com o paciente para uma eficaz prestação de cuidados com a saúde, percebemos que havia uma lacuna significativa quando se tratava do atendimento de pessoas surdas. Afinal, como seria possível iniciar uma conversa com alguém que utiliza uma língua desconhecida por aquele que a atende?

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) atesta que 5% da população brasileira é composta por pessoas surdas, o que corresponde a mais de 10 milhões de cidadãos, dos quais 2,7 milhões possuem deficiência auditiva profunda, perda auditiva superior a 90 decibéis. Assim, parcela importante da população nacional não utiliza o código verbal da Língua Portuguesa, incluindo-se os surdos que fazem a opção de utilização da linguagem oral, fato aprovado e reconhecido pela Lei Federal nº 10.436/02 reconhece por meio da aprovação legal de comunicação e expressão da comunidade surda pela Libras. Ademais, o Decreto nº 5.626 manifesta inclusão das pessoas surdas em todas as esferas da vida social, garantindo, a título de ilustração, direito à atenção integral em saúde (BRASIL, 2005).

O sentido de normalidade e anormalidade, de acordo com Júnior et al. (2021), é um tópico recorrente na vida de uma PCD, a deficiência auditiva e a surdez, por exemplo, têm sido tratadas como anormalidade, ou seja, pela incapacidade de escutar e processar sons, ela seria considerada como uma anormalidade que, necessariamente, precisaria ser corrigida, sendo tratadas apenas por sua situação, todavia, podemos perceber que a relação de normatividade é variável, é uma condição que depende das experiências que o indivíduo vivencia em associação ao meio em que ele convive.

Como citado anteriormente, houve significativa evolução no que tange à conquista e ao reconhecimento dos direitos da pessoa surda no País, evidenciando-se a contradição entre o direito legitimado e sua aplicabilidade plena no País. Diante de tal inquietação dos estudantes do curso de medicina da LILAS da UNIFOR, foi iniciado, ainda em 2021, atendimentos ambulatoriais de clínica geral, acessível em Libras, à população surda, com supervisão de um professor-orientador médico capacitado em Libras. Em tais práticas, tem sido evidente a



satisfação dos pacientes em entenderem as orientações e serem entendidos, por meio da língua sinalizada, em suas dores físicas e psicológicas.

Por fim, no sistema de saúde atual, o paradigma com as pessoas com deficiência (PCD), ainda é algo constante, que ao ponto de vista de muitos profissionais da saúde, essa população é vista como um indivíduo enfermo. Diante disso, é de alta relevância que os trabalhadores dessa área consigam enxergar a pessoa além da condição de ciência em que ela vive, distinguindo-a de doença, preservando o paciente de iatrogenias, indo contra os princípios de gerar danos, e valorizando a relação médico-paciente como instrumento basilar da assistência em saúde. (JÚNIOR et al., 2021; BOUSQUAT; SOLEMAN, 2021).

METODOLOGIA

Este artigo trata-se de um relato de experiência do tipo narrativa (DALTRO; FARIA, 2019), que tem como objetivo compartilhar experiências acerca do projeto executado pela LILAS, utilizando também de materiais de bases literárias já publicadas, para compor as citações bibliográficas do texto, com o intuito de enaltecer a relevância dos conhecimentos acerca da realidade enfrentada por indivíduos com perda auditiva e as dificuldades enfrentadas por eles em atendimento aos serviços de saúde e também influenciar outras instituições de ensino superior (IES) a propagarem o ensino da Libras em suas grades curriculares, a fim de destacar a importância da mesma para um atendimento de qualidade, garantindo os direitos de universalidade e equidade que são estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) (HARZHEIM et al., 2020).

Foram consideradas publicações na forma de artigos científicos, sendo utilizando bases de dados disponíveis na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, artigos encontrados no Science Direct e Google Acadêmico. Também para análise de dados, foram utilizados dados epidemiológicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano 2005 e como alusão histórica foram utilizadas Legislações e Decretos da Constituição Brasileira respectivamente nos anos de 2002 e 2005.

Para compor o referencial teórico do artigo foram utilizadas as seguintes palavras-chaves ou descritores identificados existentes cadastrados nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Medicina, Surdo, Acessibilidade, Atendimento, Língua de Sinais. Estas palavras foram utilizadas juntamente com os operadores booleanos, nas seguintes combinações: Medicina AND/OR Surdo AND/OR Acessibilidade AND/OR Atendimento AND/OR Línguas de Sinais. (Podendo ser combinadas em qualquer ordem e algumas serem ocultadas).

Foram utilizados para análise os artigos que foram publicados entre o ano de 2019 até 2022, levando em consideração trabalhos consultados nos idiomas português, inglês e espanhol.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Perante o que foi exposto acima, estudantes de medicina, integrantes da LILAS, iniciaram, no segundo semestre do ano de 2021, os atendimentos ambulatoriais aos pacientes surdos na UNIFOR. Para a realização dos atendimentos, os alunos utilizaram as habilidades práticas desenvolvidas durante o seu curso, aplicando a capacidade de comunicação em Libras com os pacientes. Os atendimentos ocorreram semanalmente e foram supervisionados e orientados pelo professor-orientador médico, fluente em Libras, que por sua vez, presente nas práticas ambulatoriais, foi capaz de avaliar o desempenho e conhecimento dos alunos envolvidos no projeto.

Diante dessa experiência, foram encontradas vivências positivas e, também, dificuldades a serem enfrentadas. Em relação aos aspectos positivos, pode-se citar um atendimento mais humanizado, acolhedor e, principalmente, acessível, que possibilita a formação do vínculo médico-paciente, que se sente confortável e seguro para expor suas queixas e seus anseios, tornando, assim, a consulta mais completa e enriquecedora para que seja feita a construção de um plano terapêutico individualizado (MAZZU-NASCIMENTO et al., 2020).

As dificuldades encontradas foram as barreiras de comunicação, resultantes da variação linguística da Libras, a qual é decorrente de fatores, como a idade, a situação geográfica, a vivência familiar, a condição socioeconômica e o grau de escolarização, e do choque de culturas existente entre surdos e ouvintes. Ressalta-se, ainda, que tais barreiras aumentam a possibilidade de diagnósticos errôneos e da não aderência ao tratamento e corroboram para uma pequena procura aos serviços de saúde pela comunidade surda, o que dificulta a prevenção e a promoção de saúde para essa parcela populacional. A dificuldade de acesso a um médico que soubesse Libras gerou impacto direto no acompanhamento longitudinal dos pacientes surdos ao longo dos anos, que foi observado pelos discentes até a ocasião da consulta, na maioria das vezes, com mais de uma queixa principal.

Diante do exposto, percebe-se que um bom acesso aos serviços de saúde e um tratamento de boa qualidade são também direitos da pessoa surda, como de qualquer outro brasileiro, como afirma



A Lei Federal nº 10.436/2002, que prevê a garantia do atendimento e tratamento adequado às pessoas com de ciências auditivas por parte de instituições públicas e concessionárias de serviços públicos na área da saúde e o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta que, em uma unidade de saúde, pelo menos 5% dos funcionários saibam Libras. (JÚNIOR et al., 2021, p. 7).

Após a oportunidade de acompanhar e realizar atendimentos à essa comunidade junto ao professor orientador no ambulatório, os estudantes de diferentes semestres que tiveram essa experiência, puderam perceber que houve um crescimento no aprendizado e na prática da LIBRAS, no exercício da coleta de anamnese e exame físico, na empatia durante o atendimento e no raciocínio clínico-diagnóstico.

Os indivíduos surdos, na maioria dos atendimentos, sempre mostravam-se abertos a ensinar aos discentes tendo em vista a formação de mais médicos que pudessem atendê-los daquela forma, acessível e humana, a qual a maioria, apesar de longevos, nunca havia presenciado, o que só fortalece a necessidade de maior aplicabilidade do Decreto nº 5.626 que manifesta inclusão das pessoas surdas em todos as esferas da vida social, principalmente na saúde. Esse decreto, por sua vez, determina o ensino obrigatório da Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) para os cursos de formação do exercício do magistério, de licenciatura e de Fonoaudiologia nas instituições brasileiras públicas e privadas (BRASIL, 2005), permanecendo para Medicina e para outros cursos de educação superior, o ensino de Libras de forma eletiva.

A cada atendimento no ambulatório, mostrou-se mais urgente a iniciativa de projetos de atendimentos ambulatoriais como o proposto pela LILAS, pois o encontro clínico entre médico e paciente surdo é, na maioria das vezes, inadequado, contrapondo-se à acessibilidade esperada (BACHUR; CARDOSO, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com uma pesquisa realizada por Júnior et al. (2021), muitos estudantes do curso de Medicina mencionaram se sentirem desconfortáveis ao terem que atender PCD. Esse panorama adverso, altamente negligenciado em nossa sociedade atual, destaca a necessidade de mais instituições de ensino superior públicas e privadas incluírem em seus currículos, matérias relacionadas com à saúde das PCD, visto que as escolas médicas, espaços de formação de conhecimento em saúde, são responsáveis para uma boa capacitação de futuros



profissionais que tenham em vigência a implementação das políticas públicas em saúde e as competência para o cuidado com a saúde das PCD.

O projeto de atendimentos ambulatoriais à população surda desenvolvido pela LILAS, além de garantir uma maior inclusão com a utilização de comunicação sinalizada com seus pacientes, demonstra a importância da implementação de Libras na grade curricular de IES. A LILAS visa, a longo prazo, avaliar a qualidade e o impacto que os atendimentos de forma acessível em Libras exercem sobre essa população e, também, analisar o ganho de conhecimento e experiência adquiridos pela equipe atuante no projeto.

AGRADECIMENTOS

Por toda a constituição do projeto de Atendimento Ambulatorial Acessível em Libras e o incentivo à projetos de pesquisa e extensão, agradecemos à UNIFOR e aos docentes orientadores da LILAS, os quais sempre priorizam incentivar o crescimento humano e profissional dos discentes. Aos nossos pacientes pela disposição em contribuir com a construção do aprendizado dos discentes e por confiarem no trabalho da LILAS.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. et al. **A Dificuldade no Atendimento Médico às Pessoas Surdas**. Revista Interdisciplinar Ciências Médicas, v. 3, n. 1, p. 3–9, 12 jun. 2019. Disponível em: <<http://revista.fcmmg.br/ojs/index.php/ricm/article/view/64/45>>. Acesso em: 09 mar. 2022

BACHUR, T. P. R.; CARDOSO, G. Y. R. O atendimento médico de pessoas surdas e seus desafios. **Revista Brasileira de Educação e Saúde**, v. 11, n. 2, p. 232-243, 8 set. 2021. Disponível em: <<://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES/article/view/9017/10905>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

BRASIL. Decreto no 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 06 ago. 2022

BOUSQUAT, A; SOLEMAN, C. Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo? **Caderno de Saúde Pública**. v. 37 n. 8. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/4h6BMPsHHKxR3s6cdCRPQGg/?lang=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2022

CARVALHO, S. A. da S.; GUERRA, L. B.; REZENDE, R. F. A perspectiva do paciente surdo acerca do atendimento à saúde. **Revista Cefac**, v. 23, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rcefac/a/kZtDr6C98zW6PDQPCvnnJR/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2022

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 223-237, jan. 2019. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 set. 2022.



HARZHEIM, E. et al. **Novo financiamento para uma nova Atenção Primária à Saúde no Brasil.** *Ciência & Saúde Coletiva*, [Brasília, DF: s.n.]. v. 25, n. 4. p. 1361-1374, 2020. Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/csc/2020.v25n4/1361-1374/pt>>. Acesso em: 08 ago. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência do Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=so bre>>. Acesso em: 22 jul. 2020

JÚNIOR, R.A. de O. F. et al. Inclusão do cuidado com a saúde das pessoas com deficiência nos currículos de medicina do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Médica.** v. 45 n. 3. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/6rRtxhWtdvW7hpbps3pk4cG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2022

LOPEZ, M. H. et al. **Protocolo para avaliação, planejamento e controle da acessibilidade às pessoas Surdas e com deficiência auditiva em serviços de saúde.** 2021. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/229169#:~:text=A%20partir%20dos%20dados%20coletado s,\(gest%C3%A3o%2C%20recep%C3%A7%C3%A3o%2C%20acolhimento%20e](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/229169#:~:text=A%20partir%20dos%20dados%20coletado s,(gest%C3%A3o%2C%20recep%C3%A7%C3%A3o%2C%20acolhimento%20e)>. Acesso em: 09 mar. 2022

MAZZU-NASCIMENTO, T. et al. **Fragilidade na formação dos profissionais de saúde quanto à Língua Brasileira de Sinais:** reflexo na atenção à saúde dos surdos. *Audiology - Communication Research*, v. 25, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6431-2020-2361>>. Acesso em: 09 mar. 2022

NERYS, F. et al. **Dificuldades na consulta clínica e nutricional de surdos no Brasil:** revisão de literatura. *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3605/3116>>. Acesso em: 09 mar. 2022

OLIVEIRA, A. S. R. et al. **Ensino da Língua Brasileira de Sinais durante a graduação em Medicina:** a percepção dos futuros médicos. *Audiology-Communication Research*, v. 27, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/acr/a/gR8wLYgC5gbvVGLvWnfRCfc/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2022

PEREIRA, A. A. C. et al. “Meu Sonho É Ser Compreendido”: Uma Análise da Interação Médico-Paciente Surdo durante Assistência à Saúde. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 44, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/jWsw9bn6YC8Lj3C6Wxp48LB/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2022

SEDLMAIER, B. M. G. et al. **Percepção e conhecimento de profissionais de unidades básicas da saúde sobre acessibilidade das pessoas com deficiência.** *Temas em Educação e Saúde*, Araraquara, v. 17, n. 00, p. e021003, 2021. DOI: 10.26673/tes.v17i00.14251. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/article/view/14251>>. Acesso em: 7 ago. 2022.